



ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA O CERRADO

**Desenvolvimento Socioeconômico Responsável
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
Redução do Desmatamento e Restauração da Vegetação Nativa**



AGOSTO, 2018



ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA O CERRADO

Desenvolvimento Socioeconômico Responsável, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, Redução do Desmatamento e Restauração da Vegetação Nativa

Recomendações em defesa do Cerrado dirigidas aos candidatos à Presidência da República em 2018

Projeto: Diálogos pelo Cerrado – concessão de colaboração financeira não-reembolsável firmado com a Climate and Land Use Alliance – CLUA

Organização: Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Instituto Socioambiental (ISA), Rede Cerrado e WWF-Brasil

Colaboração: ActionAid, Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Associação do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (Ades) – 10envolvimento, Associação WytyCatê dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins, Associação Terra Indígena do Xingu (Atix), Centro de Inteligência Territorial/UFGM, Comissão Pastoral da Terra (CPT-Mato Grosso), Conservação Internacional (CI), Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), Greenpeace, Iniciativa Verde, Observatório do Código Florestal (OCF) e Pesquisa e Conservação do Cerrado (Pequi).

Coordenação do Projeto: Juliana Napolitano

Consultoria Técnica: André Lima e Carcius Azevedo

Edição de texto: Guilherme Eidt

Edição de arte: Wagner Soares. Ilustrações e infográficos: Wagner Soares, Carolina Ramalhete e Camila Maia | Kairós: Arte da Conversa

Fotografias: gentilmente cedidas por Bento Viana, Fernando Tagatiba e acervos do ISPN e WWF-Brasil.

Agosto 2018

**Recomendações em defesa do Cerrado
dirigidas aos candidatos à
Presidência da República em 2018**

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA O CERRADO

**Desenvolvimento Socioeconômico Responsável
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
Redução do Desmatamento e Restauração da Vegetação Nativa**



AGOSTO, 2018

APRESENTAÇÃO

Bento Viana – Acervo ISPN



A posição estratégica do Cerrado para a economia brasileira desperta a atenção pelas importantes contribuições do bioma para a manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global, como a regulação do clima, conservação da biodiversidade, provisão de água e oferta de alimentos. A agricultura de larga escala na região tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento econômico, as exportações e a balança comercial brasileira. O Cerrado responde hoje por 60% da produção agrícola anual no Brasil (soja, milho, algodão, cana-de-açúcar), tendo acumulado um aumento de 87% na área produtiva entre 2000 e 2015.¹

A expansão do agronegócio pelo bioma contribuiu para a emergência do Brasil entre os líderes globais em produção de commodities agrícolas. Como resultado, aproximadamente metade do Cerrado já foi desmatado. A conversão de suas áreas para o uso agropecuário e agrícola levou à degradação de tipos de vegetação, como os campos naturais e o Cerrado sentido restrito, e à invasão biológica, ameaçando o bom funcionamento das funções ecossistêmicas do bioma.

Na última década, as altas taxas de desmatamento estão comprometendo a resiliência do Cerrado. Nesse período, o bioma perdeu 236 mil km² e as emissões associadas a essa conversão equivaleram a 8,16 GtCO₂, ou 3,6 anos de emissões brutas do país, calculadas em 2016.¹ As expressivas contribuições do Cerrado para a regulação do clima global, como importante sumidouro e reserva de carbono, estocando aproximadamente 32 GtCO₂eq, ainda são negligenciadas.^{2, 3}

Compreender a correlação entre a supressão da vegetação nativa do bioma e as alterações climáticas que afetam a dinâmica do regime pluviométrico é essencial para a população, e em especial para o setor agrícola. O uso da terra do Cerrado sem ações sustentáveis já tem reflexo na oferta da água doce limpa que alimenta oito das 12 regiões hidrográficas do Brasil (Amazonas, Tocantins-Araguaia, Nordeste do Atlântico Ocidental, Parnaíba, São Francisco, Atlântico Leste, Paraná, Paraguai). Houve a diminuição da vazão em rios e a modificação do ciclo das chuvas, provocando crises de disponibilidade da água para irrigação, abastecimento humano e animal, industrial, geração de energia, mineração, aquicultura, navegação, turismo e lazer, além de prejudicar a produtividade agrícola em muitas partes do bioma.^{4, 5}

Por outro lado, povos indígenas, agricultores familiares e assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que protagonizam a conservação da agrobiodiversidade e a promoção da soberania e segurança alimentar nacional, ressentem-se da falta de regularização fundiária de seus territórios e de políticas públicas perenes de apoio às

suas atividades. A falta de um ordenamento territorial tem gerado situações de conflitos envolvendo o acesso e posse dos territórios, assim como a disponibilidade e os usos da água.

O enfraquecimento da governança ambiental no Brasil ajuda a explicar como uma crise política pode ser um dos principais impulsionadores do aumento do desmatamento, prejudicando o sucesso das reduções de emissões de CO₂ do país, obtidas por meio do controle do desmatamento na Amazônia na década anterior. Ato legislativo de caráter provisório e decretos-leis reduzem os requisitos de licenciamento ambiental, suspendem a homologação de Terras Indígenas, reduzem o tamanho das áreas protegidas, e facilitam a atuação de grileiros para obterem as escrituras de áreas desmatadas ilegalmente.⁶

Nesse cenário, renova-se o interesse de governos, ONGs, da academia e do setor privado nos benefícios dos serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma, particularmente pelo fortalecimento e pela ampliação do sistema de áreas protegidas de proteção integral e de uso sustentável, da homologação de Terras Indígenas, da reforma agrária e da regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais, além da criação de parcerias e estabelecimento de acordos de compromisso com o setor produtivo. Diversos campos sociais se mobilizam pela aprovação dos Projetos de Emenda Constitucional (PEC) do Cerrado e da Caatinga, que buscam incluir os biomas dentre os patrimônios nacionais, e promovem a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado (Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida), alertando para impactos da destruição do bioma, buscando valorizar a biodiversidade e as culturas dos povos e comunidades tradicionais. Em outra frente de defesa do bioma, o Statement of Support for the Cerrado Manifesto (SoS Cerrado) é atualmente endossado por 74 companhias globais de bens de consumo, comprometidas em apoiar o combate ao desmatamento no Cerrado e adotar práticas de manejo sustentável da terra, como também mitigar os riscos financeiros associados ao desmatamento e às mudanças climáticas.⁷

Bento Viana





Acervo ISPN

No esforço de contribuir e fortalecer esse movimento, reconhecendo a oportunidade de dialogar com as candidaturas à Presidência da República no ano eleitoral de 2018, as organizações da sociedade civil Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Instituto Socioambiental (ISA), Rede Cerrado e WWF-Brasil oferecem para a sociedade um conjunto de Estratégias Políticas para o Cerrado – Desenvolvimento Socioeconômico Responsável, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, Redução do Desmatamento e Restauração da Vegetação Nativa.

O documento ora apresentado é resultado de consultas interinstitucionais, incluindo a realização de um Seminário no âmbito da Câmara dos Deputados e uma oficina de trabalho.⁸ Nessa oportunidade, além das organizações realizadoras, outras 13 organizações da sociedade civil e da academia colaboraram com o processo, tendo participado da oficina de trabalho, sendo elas: ActionAid, Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Associação do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (Ades) – 10envolvimento, Associação WytyCatê dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins, Associação Terra Indígena do Xingu (Atix), Centro de Inteligência Territorial/UFMG, Comissão Pastoral da Terra (CPT-Mato Grosso), Conservação Internacional (CI), Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), Greenpeace, Iniciativa Verde, Observatório do Código Florestal (OCF) e Pesquisa e Conservação do Cerrado (Pequi).

As reflexões e análises de conjuntura produzidas por esse grupo compreenderam três eixos temáticos:

1. Políticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade, fortalecendo uma visão integrada no ordenamento territorial;
2. Políticas para a redução do desmatamento e restauração da vegetação nativa, dialogando com uma agricultura e pecuária responsável; e,
3. Políticas para a sociobiodiversidade e o agroextrativismo, visando maior governança na agenda socioambiental.

Esse processo resultou em 27 recomendações que buscam dialogar com a construção de uma agenda propositiva para o Cerrado, apontando estratégias políticas e ações governamentais prioritárias para o bioma.

A participação social em diálogos institucionais qualificados é chave para promover processos de tomada de decisão e trabalhos bem informados, coerentes e integrados. Manter uma instância de governança e monitoramento de todas as ações apresentadas neste documento é fundamental para o acompanhamento e a produção de marcos legais adequados. Instâncias de participação e coordenação de políticas, como o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e o próprio Conselho Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer), hoje desmobilizados pelo governo, podem servir de espaços de diálogos entre as políticas públicas, frente aos interesses setoriais expressos em diferentes nichos da administração pública federal. Nesse sentido, é necessário instalar e garantir as condições de funcionamento do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)⁹, bem como reformular o Conselho Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer), vinculando-o à Casa Civil da Presidência da República, para cumprirem o papel de coordenação e implementação das políticas públicas com relevância para o Cerrado, otimizando investimentos e potencializando resultados com inteligência territorial.

Acervo ISPN





1

POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

**FORTALECENDO UMA VISÃO INTEGRADA
NO ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Fernando Tatagiba



Com uma das mais ricas flora e fauna entre as savanas mundiais, e alto grau de endemismo, o Cerrado não possui uma legislação específica para orientar a utilização e a proteção de sua vegetação nativa. Tampouco possui status constitucional de patrimônio nacional, a exemplo de outros biomas, cuja utilização deve, então, ser realizada dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive, quanto ao uso dos recursos naturais. O Cerrado tem um papel essencial para a conservação da biodiversidade e regulação do clima mundial. No entanto, até 2011, sua cobertura de vegetação original havia sido desmatada em 45,4%, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente.¹⁰ A expansão de áreas de pastagem para pecuária, o cultivo de soja e outras commodities agrícolas, os desmatamentos para produção de carvão vegetal nativo e os incêndios e queimadas irregulares de causa antrópica são os principais vetores da degradação do Cerrado.



5%
DE TODAS
ESPÉCIES NO
MUNDO



30%
DAS ESPÉCIES
DO PAÍS



837
ESPÉCIES
DE AVES



120
ESPÉCIES
DE RÉPTEIS



150
ESPÉCIES
DE ANFÍBIOS



1.200
ESPÉCIES
DE PEIXES



90 MIL
ESPÉCIES
DE INSETOS



199
TIPOS DE
MAMÍFEROS

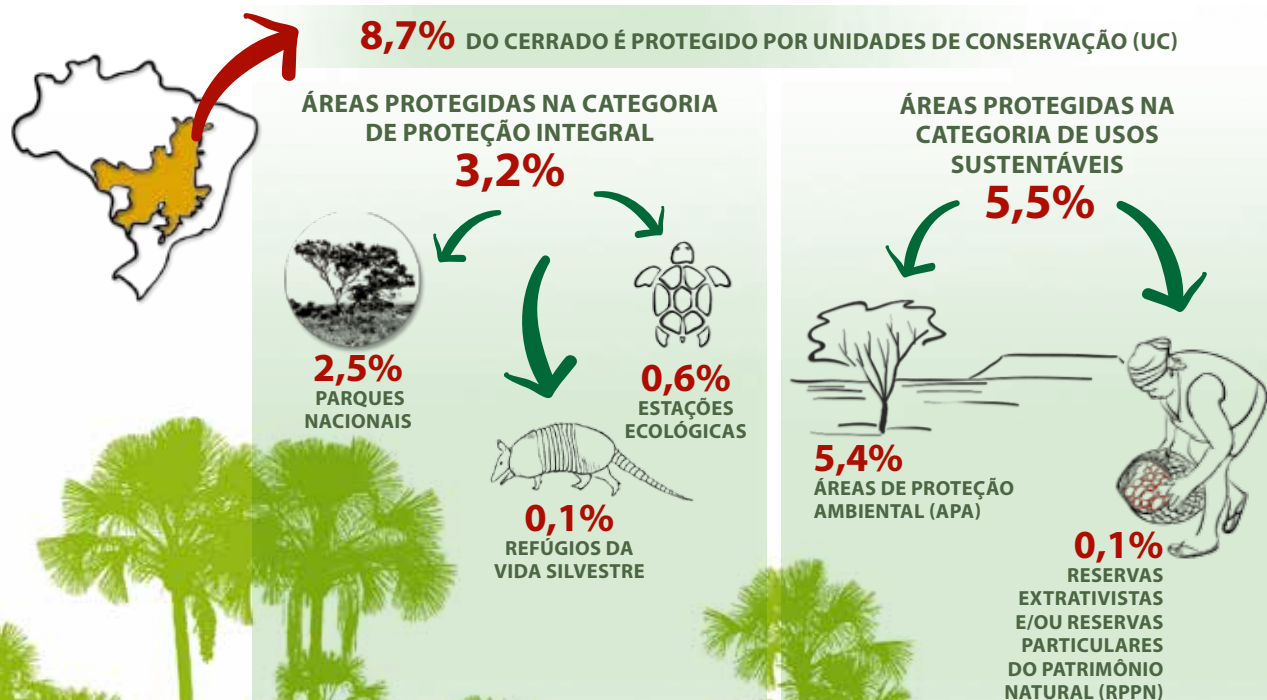


13 MIL
ESPÉCIES
PARA A
FLORA,
ENTRE SAMAMBAIAS,
ANGIOSPERMAS,
BRIÓFITAS
E GIMNOSPERMAS

**O CERRADO É A SAVANA MAIS RICA
EM BIODIVERSIDADE NO PLANETA**

Para diminuir a perda de biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e a diversidade genética, e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 a 2020, estabelecido durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada na cidade de Nagoya, Província de Aichi, no Japão, dentre outras metas, previu que pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos devem estar protegidas até 2020.¹¹ Essas áreas, ecologicamente representativas, devem ser geridas de maneira efetiva e equitativa, sendo satisfatoriamente interligadas e integradas em escala de paisagens mais amplas por outras medidas espaciais de conservação.

No caso do Cerrado, contudo, estes esforços para sua conservação ainda estão abaixo dos objetivos definidos pelas Metas de Aichi da Biodiversidade. Atualmente, apenas 3,2% do Cerrado se encontra em unidades de conservação de proteção integral, e outros 5,5% estão em áreas de uso sustentável.¹² Os maiores remanescentes de vegetação nativa não convertida em agricultura mecanizada de larga escala do Cerrado (67%, de acordo com o Mapbiomas) estão na região conhecida como Matopiba, que compreende as áreas do bioma dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia.¹³ A maior parte desses remanescentes encontra-se em territórios tradicionais, propriedades particulares ou em terras devolutas, áreas, muitas vezes, sem qualquer tipo de proteção ambiental legal.



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CERRADO

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (CNUC), 2018



Peter Caton – Acervo ISPN



Bento Viana – Acervo ISPN

Em geral, o Cerrado é ocupado por um verdadeiro mosaico de diferentes tipos de povos e usos da terra: agricultores familiares, agricultura em larga escala, terras indígenas, territórios quilombolas, agroextrativistas e outros povos e comunidades tradicionais. Muitas dessas comunidades não têm a posse assegurada de suas terras nem o reconhecimento formal do governo, ainda que seus direitos estejam protegidos pela Constituição brasileira e salvaguardados pela Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).¹⁴ Esse contexto é um campo fértil para atuação de imobiliárias agrícolas, com forte pressão do mercado de terras e especulação imobiliária por meio da grilagem de terras públicas, gerando situações de confinamento de comunidades rurais, cercadas pelo agronegócio, que resultam em conflitos sociais, expropriação de terras, escassez de água e aumento da pobreza rural, sujeitando os moradores a se submeterem a condições degradantes nas fazendas, por vezes em condições análogas ao trabalho escravo.¹⁵

A necessidade de aumentar a proteção à biodiversidade e promover o ordenamento territorial e a regularização fundiária em áreas de relevantes serviços ecossistêmicos está relacionada ao reconhecimento das contribuições para a conservação prestadas pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que vivem no Cerrado. Garantir uma gestão efetiva e equitativa nos casos de sobreposições das áreas de proteção integral com os territórios tradicionalmente ocupados implica reconhecer que o fogo pode ser tanto benéfico como prejudicial, dependendo de como, onde, quando e porque é utilizado. As ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF), que

abrangem desde as características ecológicas do bioma até o seu uso tradicional, podem subsidiar decisões e iniciativas de prevenção e os esforços de controle e combate aos incêndios, servindo de estratégia para a conservação da biodiversidade e proteção do clima.

A proteção de ecossistemas naturais em fragmentos isolados é insuficiente para evitar a perda da biodiversidade. Integrar os territórios tradicionais e Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais em mosaicos de áreas protegidas, como estratégias de conservação em escalas de paisagens, podem favorecer o fluxo gênico, a conservação de espécies e os serviços ecossistêmicos. Além disso, estabelece as condições necessárias para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida, e o acesso ao uso sustentável da biodiversidade para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Isso é chave para a manutenção das funções dos ecossistemas do Cerrado.

Fernando Tatagiba



Os mosaicos de áreas de proteção servem também para compatibilizar as abordagens e ferramentas de gestão, além de aperfeiçoar as atividades desenvolvidas, considerando os usos da terra nas fronteiras entre essas áreas; o acesso às unidades de conservação; a fiscalização das atividades; o monitoramento e a avaliação dos planos de manejo; a pesquisa científica e, até mesmo, a alocação estratégica de recursos de compensação decorrentes do licenciamento ambiental. Medidas espaciais de ordenamento territorial, regularização fundiária e a estruturação dos órgãos ambientais podem assegurar uma gestão continuada, transparente e participativa que contribua para o alcance das Metas de Aichi e de outros compromissos internacionais do Brasil, a exemplo das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês) apresentadas no Acordo de Paris, em 2015.

Fernando Tatagiba



POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE**RECOMENDAÇÕES**

ALCANÇAR a proteção de pelo menos 17% do Cerrado, de acordo com as Metas de Aichi da Biodiversidade (Meta 11), priorizando as unidades de conservação de proteção integral.

PRIORIZAR a regularização fundiária e a estruturação das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, aproveitando a aplicação de recursos de conversão de multas e compensação ambiental.



PROMOVER os processos de demarcação e homologação de Terras Indígenas, a titulação das posses de agricultores familiares e os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, por meio da criação de Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), de Assentamentos Sustentáveis Diferenciados, e das Concessões de Direito Real de Uso (CDRU), entre outros mecanismos de regularização fundiária, integrando-os em estratégias mais amplas de conservação em escala de paisagens, fortalecendo os mosaicos de áreas protegidas.

AMPLIAR a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), e o escopo da política para os territórios quilombolas e territórios de povos e comunidades tradicionais, com reforço de monitoramento e fiscalização.



CONSOLIDAR uma Política Nacional de Manejo Integrado e Adaptativo, Prevenção e Controle do Fogo no bioma, que dialogue com iniciativas de base comunitária.

INSTITUIR zonas de amortecimento de áreas protegidas livres de agrotóxicos e de transgênicos, principalmente nas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos.



RESGUARDAR a diversidade dos ecossistemas protegidos e os usos e interesses sobre eles incidentes, com a celebração de Termos de Compromisso com povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, em áreas sobrepostas com unidades de conservação de proteção integral.



FORTALECER o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera do Cerrado como espaço de governança ambiental entre as áreas núcleos de proteção do bioma.

APROVAR a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que coloca o Cerrado e a Caatinga como patrimônios nacionais e definir uma legislação federal específica para o uso sustentável, a conservação e a recuperação dos biomas.



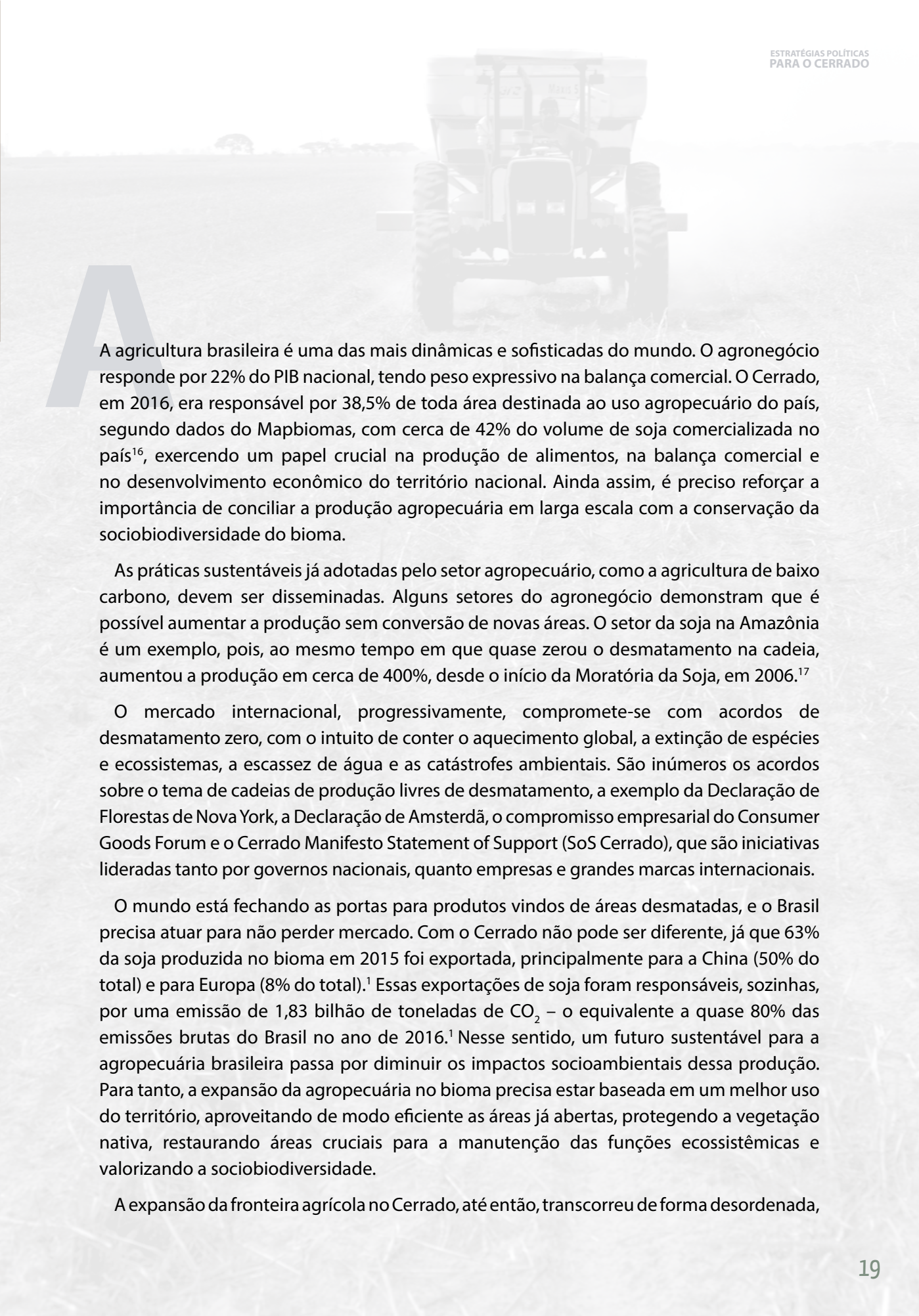
2

POLÍTICAS PARA A REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E RESTAURAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

DIALOGANDO COM A AGRICULTURA E A PECUÁRIA RESPONSÁVEL

Fernando Tatagiba





A agricultura brasileira é uma das mais dinâmicas e sofisticadas do mundo. O agronegócio responde por 22% do PIB nacional, tendo peso expressivo na balança comercial. O Cerrado, em 2016, era responsável por 38,5% de toda área destinada ao uso agropecuário do país, segundo dados do Mapbiomas, com cerca de 42% do volume de soja comercializada no país¹⁶, exercendo um papel crucial na produção de alimentos, na balança comercial e no desenvolvimento econômico do território nacional. Ainda assim, é preciso reforçar a importância de conciliar a produção agropecuária em larga escala com a conservação da sociobiodiversidade do bioma.

As práticas sustentáveis já adotadas pelo setor agropecuário, como a agricultura de baixo carbono, devem ser disseminadas. Alguns setores do agronegócio demonstram que é possível aumentar a produção sem conversão de novas áreas. O setor da soja na Amazônia é um exemplo, pois, ao mesmo tempo em que quase zerou o desmatamento na cadeia, aumentou a produção em cerca de 400%, desde o início da Moratória da Soja, em 2006.¹⁷

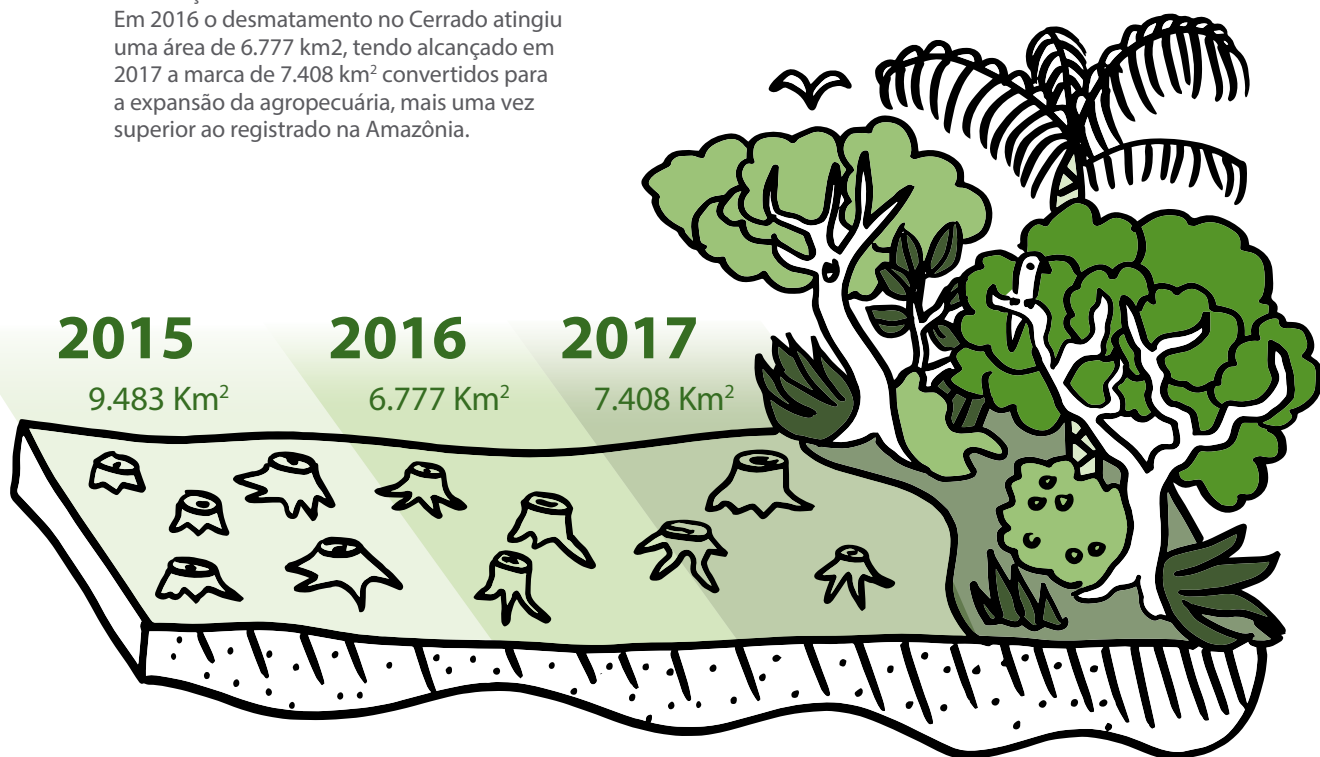
O mercado internacional, progressivamente, compromete-se com acordos de desmatamento zero, com o intuito de conter o aquecimento global, a extinção de espécies e ecossistemas, a escassez de água e as catástrofes ambientais. São inúmeros os acordos sobre o tema de cadeias de produção livres de desmatamento, a exemplo da Declaração de Florestas de Nova York, a Declaração de Amsterdã, o compromisso empresarial do Consumer Goods Forum e o Cerrado Manifesto Statement of Support (SoS Cerrado), que são iniciativas lideradas tanto por governos nacionais, quanto empresas e grandes marcas internacionais.

O mundo está fechando as portas para produtos vindos de áreas desmatadas, e o Brasil precisa atuar para não perder mercado. Com o Cerrado não pode ser diferente, já que 63% da soja produzida no bioma em 2015 foi exportada, principalmente para a China (50% do total) e para Europa (8% do total).¹ Essas exportações de soja foram responsáveis, sozinhas, por uma emissão de 1,83 bilhão de toneladas de CO₂ – o equivalente a quase 80% das emissões brutas do Brasil no ano de 2016.¹ Nesse sentido, um futuro sustentável para a agropecuária brasileira passa por diminuir os impactos socioambientais dessa produção. Para tanto, a expansão da agropecuária no bioma precisa estar baseada em um melhor uso do território, aproveitando de modo eficiente as áreas já abertas, protegendo a vegetação nativa, restaurando áreas cruciais para a manutenção das funções ecossistêmicas e valorizando a sociobiodiversidade.

A expansão da fronteira agrícola no Cerrado, até então, transcorreu de forma desordenada,

com forte avanço sobre áreas de pastagens no Sul do bioma, e sobre a vegetação nativa do Matopiba. Muitas vezes, a agricultura de larga escala se expandiu sobre áreas de baixa aptidão e subproveitou áreas abertas que seriam mais convenientes à produção agrícola.¹⁸ Entre 2010 - 2015, as contribuições do Cerrado para as emissões do setor de mudanças no uso da terra e florestas, que incluem desmatamento e incêndios, registraram um aumento de 34%.¹⁹ No período de 2000 - 2015, as taxas anuais de desmatamento no Cerrado registraram a perda de 236 mil km² de vegetação, enquanto 208 mil km² de florestas foram varridos na Amazônia.¹ Esse desmatamento no Cerrado se concentrou no Matopiba, somando 8.785 km² de áreas devastadas em 2016 e 2017, cerca de 74% do total desmatado para o bioma nesse período.²⁰

Em 2015 o Cerrado perdeu 9.483 km² de vegetação nativa, superando em 52% a devastação na Amazônia no mesmo ano. Em 2016 o desmatamento no Cerrado atingiu uma área de 6.777 km², tendo alcançado em 2017 a marca de 7.408 km² convertidos para a expansão da agropecuária, mais uma vez superior ao registrado na Amazônia.



Fonte: Climate challenges and opportunities in the Brazilian Cerrado, 2017.

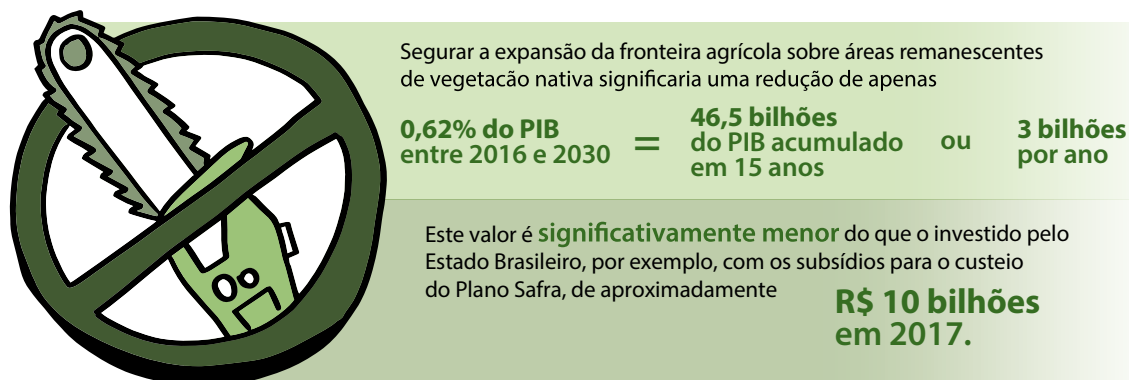
Com tudo isso, a agricultura e a pecuária provavelmente continuarão a ser os vetores para o crescimento econômico do Cerrado nos próximos anos. O Centro-Oeste concentra 77% das áreas com alta e alta-média aptidão para a expansão das áreas irrigadas, e os investimentos nesse setor resultam em substancial aumento da produtividade e do valor da produção.²¹ Esses investimentos, no entanto, precisam ser problematizados frente aos diversos usos da água para evitar conflitos socioambientais, e frente à intensificação do uso de agrotóxicos e fertilizantes que impactam diretamente os recursos hídricos, afetando a qualidade e disponibilidade da água e a saúde dos ecossistemas e da população.

O Brasil é um dos principais países consumidores de agrotóxicos, o que está diretamente associado à política agrícola e ao seu modelo de desenvolvimento, impulsionado por meio de benefícios fiscais ao mercado de agrotóxicos, como a redução de 60% da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), além da isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de determinados tipos de agrotóxicos.²² Soluções para reduzir o uso de agrotóxicos, como a proposta de uma Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos (Pnara), tramitam na Câmara dos Deputados. Elas são baseadas no Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), que, apesar de finalizado em 2014, nunca chegou a ser oficialmente lançado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa).



Fonte: Agência Câmara. Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos para incentivar a produção de orgânicos, 2018.³⁶

A utilização das áreas já desmatadas e a recuperação de pastagens degradadas para atividades agrícolas e/ou agroflorestais são caminhos para assegurar os ganhos de produtividade do setor agrícola e a conservação das áreas remanescentes de Cerrado. O Brasil pode atender à demanda por aumento da área plantada até 2040 sem qualquer conversão de habitats naturais, afirmando o compromisso pelo desmatamento zero.²³ Estudos apontam que o impacto de zerar todo o desmatamento no Brasil, seja legal ou ilegal, seria mínimo para a economia do país, podendo ser compensado apenas com a taxa atual de intensificação da pecuária.²⁴



Fonte: Qual o impacto do Desmatamento Zero no Brasil?, 2017

Associar a produtividade agrícola e o desenvolvimento socioeconômico responsável do setor, equalizando situações de conflito com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, incentivando a conservação e apoiando a restauração da vegetação nativa, é fundamental para a saúde e manutenção dos serviços ecossistêmicos do bioma em longo prazo. Os prejuízos do desmatamento extrapolam questões sociais e ambientais, afetando a economia do país de forma generalizada, inclusive, o próprio setor agrícola, que já pode sentir os efeitos das alterações climáticas, sobretudo na oferta e na disponibilidade de água para irrigação, dos polinizadores para produção de frutos, do controle biológico e combate à pragas, além da ciclagem de nutrientes para fertilidade dos solos.

O novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012) é a principal legislação ambiental aplicável à gestão dos remanescentes de vegetação nativa do país, que orienta o uso da terra em todas as propriedades. Embora tenha reduzido as exigências de restauração em Áreas de Preservação Permanente e anistiado inúmeros produtores rurais, o novo Código Florestal introduziu mecanismos para uma maior conformidade e compensação de reservas legais. O cumprimento dessa lei pode proporcionar a restauração de 19 milhões de hectares (Mha) de terras desmatadas²⁵ e a mitigação de gases de efeito estufa na ordem de 7 a 11 GtCO₂eq²⁶. No Cerrado, o déficit atual de restauração em Áreas de Preservação Permanente é de 1,8 Mha, e em áreas de Reserva Legal são 4,2 Mha.





Peter Caton – Acervo ISPN

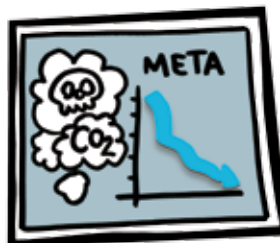
Nesse sentido, é essencial destravar toda a gama de incentivos previstos no novo Código Florestal e inovar para oferecer soluções à altura dos compromissos internacionais do país no Acordo de Paris, no setor florestal e de mudança do uso da terra, de restaurar e reflorestar 12 Mha de vegetação em todo o território nacional, além de acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.²⁷ É preciso favorecer o desenvolvimento da cadeia de serviços e produtos da restauração, e criar incentivos econômicos para que os investimentos sejam compatíveis e atrativos para os agricultores, viabilizando a recuperação do Cerrado.²⁸

POLÍTICAS PARA A REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E RESTAURAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

RECOMENDAÇÕES



ZERAR o desmatamento, seja legal ou ilegal, até 2020, revisando a meta de redução dada pela Política Nacional de Mudanças Climáticas.



CRIAR uma meta ambiciosa de redução de emissões de carbono para o Cerrado.



APLICAR condicionantes e indicadores de sustentabilidade socioambiental para todas as linhas de crédito do Plano Safra, criando condições de financiamento mais atrativas para o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), e para quem vai investir em áreas já abertas, com alta e alta-média aptidão para agricultura, especialmente, para os proprietários que têm excedente de Reserva Legal e se comprometem a não desmatar.

ARTICULAR

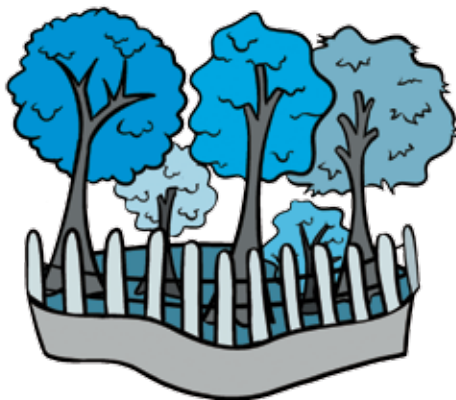
um fundo para investimentos socioambientais no Cerrado, com mobilização de recursos nacionais e internacionais – Fundo Cerrado.



CONDICIONAR o crédito agrícola, em quaisquer de suas modalidades, somente para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), respeitadas as especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, sem nova prorrogação de prazo para os grandes produtores rurais.



AVANÇAR na implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg) e do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), estabelecendo linhas de crédito atrativas que promovam o uso eficiente das áreas já abertas e a reversão do passivo ambiental de imóveis rurais.



ESTIMULAR a conservação de ativos florestais em propriedades privadas, por meio da regulamentação das Cotas de Reserva Ambiental (CRA), como mecanismo de compensação de áreas de Reserva Legal, e do pagamento de incentivos a serviços ambientais para a conservação dos excedentes de vegetação nativa no Cerrado fora das áreas que já possuem proteção legal.



AUMENTAR a fiscalização, o controle e a transparência de informações em relação às outorgas de uso da água superficial e subterrânea, as autorizações de desmatamento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), dentre outros relevantes para a boa governança ambiental.



IMPLEMENTAR o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), uma ação estruturante do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), instituindo a Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos – Pnara (Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n. 6670/2016), com o fim dos benefícios fiscais para a comercialização de agrotóxicos.

3

POLÍTICAS PARA A SOCIOBIODIVERSIDADE E O AGROEXTRATIVISMO

VISANDO MAIOR GOVERNANÇA NA AGENDA SOCIOAMBIENTAL

Bento Viana – Acervo ISPN



A conservação por meio do uso sustentável da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos, favorecidos pela presença e modos de vida dos povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais no Cerrado, ganham expressividade quando se considera o contínuo desenvolvimento e florescimento econômico da grande diversidade de sistemas agrícolas tradicionais que eles promovem. Essas culturas tradicionais e comunidades históricas atuam como guardiãs da agrobiodiversidade em locais que mantêm a integridade ecológica dos territórios e a resistência frente à expansão desordenada da agricultura de grande escala.

Uma adequada governança socioambiental e gestão territorial pode consolidar um planejamento cuidadoso para o Cerrado, permitindo que a agricultura em grande escala cresça em harmonia com os usos agroextrativistas e as outras visões de desenvolvimento econômico, contribuindo para a superação da pobreza e a inclusão social no meio rural. O agroextrativismo tem se consolidado como alternativa de renda, sempre associado ao contexto da agricultura familiar, com aproveitamento econômico dos produtos da sociobiodiversidade do Cerrado.

Embora as informações oficiais a respeito da população e produção agroextrativista no Brasil sejam incipientes, dados recentes mostram que os produtos de extração vegetal não madeireiros, como açaí, mangaba, pequi, babaçu, entre muitos outros, totalizaram um valor de produção de R\$ 1,6 bilhão, em 2016. Destacam-se os produtos alimentícios, que obtiveram 72% desse valor de produção, seguido pelas ceras (13,5%), oleaginosas (7,4%), fibras (7%) e demais grupos (0,4%).²⁹ Esses são, em geral, produtos nativos cultivados ou coletados em sistemas agrícolas de pequena escala, por gerações, de acordo com os princípios agroecológicos e extraídos da natureza para diversos fins: alimentícios, de moradia, medicinais, de produção de utensílios domésticos, caça e pesca.

Nesse contexto, ressalta-se a importância dos mercados institucionais para o estímulo à produção sustentável da agricultura familiar, com garantia da soberania alimentar, segurança nutricional e geração de renda. A conservação por meio do uso dos recursos naturais pelas famílias agroextrativistas que vivem da economia florestal é incentivada por programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e o Programa Bolsa Verde.³⁰

Apesar desses produtos do Cerrado carregarem saberes e cultura e representarem

um modelo alternativo de mercado, ainda existem diversos entraves para seu maior aproveitamento econômico: dificuldades relacionadas à formalização de organizações sociais coletivas, cooperativas e empreendimentos agroextrativistas; complicações com questões fundiárias que limitam o acesso aos recursos naturais; dificuldades de comercialização dos produtos agroextrativistas por não haver ainda uma cadeia de distribuição estruturada, e normas específicas estabelecidas para atender esse setor e restrições de acesso a crédito e financiamento para produção, processamento, beneficiamento e distribuição.³¹ A legislação sanitária brasileira para alimentos de origem animal e vegetal é uma enorme colcha de retalhos que manteve a agricultura familiar e comunitária marginalizada, excluindo ou limitando determinadas cadeias de produtos artesanais e da sociobiodiversidade em benefício da indústria de alimentos ultraprocessados.³²

A improvável coordenação das ações de governança, num contexto político no qual os temas socioambientais são tratados por atores e setores de governo com distintos enfoques, dificulta a integração efetiva entre os aspectos econômicos e sociais para a adequada gestão

Fernando Tatagiba



de recursos naturais. O desperdício de esforços com políticas públicas desconexas e pouco integradas caracteriza uma ausência de planejamento estratégico para o tratamento dos entraves para a produção agroextrativista, bem como para tratar questões fundiárias, com implicações nas áreas de conservação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, gestão territorial, gestão da água, desenvolvimento rural sustentável, entre outros, essenciais para lidar com situações de conflito no campo que fervilham no Brasil.

Em 2017 se registrou o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 14 anos, com 71 homicídios, e o aumento de 63% nas tentativas de assassinatos e 13% nas ameaças de morte.³³ No mesmo ano, foram contabilizados 172 conflitos pela água no Brasil, número que pode ser ainda maior, mascarado em outras lutas pela terra. O conflito em Correntina (BA) é exemplo dessa situação, onde a mudança no uso da terra priva comunidades de Fecho de Pasto ao acesso à água que sempre usaram, em favor de projetos privados de irrigação que consomem, por dia, água suficiente para abastecer 6,6 milhões de cisternas no Semiárido, ou uma cidade de 30 mil habitantes durante um mês.³⁴

Peter Caton – Acervo ISPN



RECOMENDAÇÕES

PROMOVER a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para o desenvolvimento rural e agroextrativista sustentável, fortalecendo a participação social dos agricultores familiares, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais do Cerrado, no âmbito da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).



GARANTIR orçamento para os programas de compras públicas e de formação de estoque, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), com inclusão de novos produtos da sociobiodiversidade na Política Geral de Preços Mínimos (PGPM-Bio), e preços mais atrativos para as comunidades agroextrativistas.



SUPERAR os entraves regulatórios nos campos sanitário, fiscal e ambiental à produção e à comercialização de produtos da sociobiodiversidade.



RECONHECER os Protocolos Comunitários de Consulta Livre, Prévia e Informada, construídos de modo autônomo e independente pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, como instrumento legítimo de aplicação e salvaguarda das garantias supralegais instituídas com a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



AMPLIAR os programas de proteção, órgãos de defesa, acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência oriundas de conflitos agrários, a exemplo dos Centros de Referência de Cidadania e do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

FOMENTAR a pesquisa e as inovações sobre produtos, empreendimentos comunitários e sistemas produtivos sustentáveis do Cerrado, garantindo a efetiva repartição de benefícios provenientes da exploração econômica a partir do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.



RECONHECER os sistemas agrícolas tradicionais dos agricultores familiares, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais como patrimônio cultural imaterial brasileiro.



INCLUIR nas estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os dados demográficos, econômicos e sociais específicos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.



ASSEGURAR a composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins, seu bom funcionamento e o dos comitês da bacia do São Francisco e Paranaíba, com ampla participação e representatividade de povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais do Cerrado em programas de revitalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 REIS, T. et. al. Climate challenges and opportunities in the Brazilian Cerrado. IPAM, 2017.
- 2 BUSTAMENTE, M. Política de clima negligencia o Cerrado – mais uma vez. Observatório do Clima, 2015.
- 3 MCTIC. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação. Terceiro Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas. 2016.
- 4 SPERA, S. A. et al. (2016) Land-use change affects water recycling in Brazil's last agricultural frontier. *Global Change Biology*, p. n/a-n/a. doi: 10.1111/ gcb.13298.
- 5 SAWYER, D. & LAHSEN, M. Civil Society and Environmental Change in Brazil's Cerrado. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*. 2016, n. 58. 16-23.
- 6 ROCHEDO, P.R.R. et. al. The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil. *Nature: Climate Change*.
- 7 FAIRR. Cerrado Manifesto Statement of Support Join global FMCG companies to halt deforestation and incentivise sustainable land management.
- 8 ECODEBATE. Especialistas alertam que desmatamento e ocupação desordenada ameaçam conservação do Cerrado. 2018.
- 9 CNPCT. Carta de Monte Alegre. Seminário Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais: Protagonistas da sua história. MIQCB: São Luiz Gonzaga/MA, 2018.
- 10 WWF-Brasil. Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade no Cerrado e Pantanal. Brasília - DF, 2015.
- 11 CDB. Aichi Biodiversity Targets.
- 12 MMA, Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - Unidades de Conservação por Bioma. 2018.
- 13 OBSERVATORIO DO CLIMA. Devastação do cerrado emitiu em 2 anos 440 milhões de toneladas de CO₂, diz Ipam. 2018.
- 14 DICKIE, A. MAGNO, I. GIAMPIETRO, J. DOLGINOW, A. Desafios e Oportunidades para Preservação, Produção Agrícola e Inclusão Social no Bioma Cerrado. CEA Consulting. 2016.
- 15 REDE SOCIAL de Justiça e Direitos Humanos. Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA. 2018.
- 16 TRASE. Bioma: Cerrado in 2015. Volume de compra total no Brasil: 97.480.290 t. Volume de compra no Cerrado: 40,510,706 t. Stockholm: Stockholm Environmental Institute & Global Canopy.
- 17 Dados do monitoramento do Grupo de Trabalho da Soja – GTS, responsável pela gestão da Moratória da Soja na Amazônia.
- 18 REIS, T. et al. A irracionalidade do desmatamento no Cerrado. IPAM, 2017.
- 19 MCTIC. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação. Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. 2017.

- 20 IPAM. Nota sobre o anúncio de desmatamento no Cerrado em 2016 e 2017.
- 21 Agência Nacional de Águas – ANA. Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada. Brasília: ANA, 2017.
- 22 BITTENCOURT, N. MENDONÇA, T. Entidades questionam isenção de impostos para agrotóxicos no Brasil. Terra de Direitos. 2018.
- 23 STRASSBURG, B.B.N. et al. When Enough Should Be Enough: Improving the Use of Current Agricultural Lands Could Meet Production Demands and Spare Natural Habitats in Brazil. *Global Environmental Change* 28 (2014): 84-97.
- 24 LEITÃO, S. VACONCELOS, L. Qual o impacto do desmatamento zero no Brasil? Instituto Escolhas, 2017.
- 25 GUIDOTTI, V. et. al. Números Detalhados do Novo Código Florestal e suas Implicações para os PRAs. IMAFLORA, 2017.
- 26 SOARES FILHO, B. et al. Cracking Brazil's Forest Code. *Science* 344 (2014).
- 27 MRE. Ministério das Relações Exteriores. Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas. 2015.
- 28 GT DESMATAMENTO. Agenda de Ação para o Combate ao Desmatamento. Carta de Organizações da Sociedade Civil ao Ministério do Meio Ambiente.
- 29 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da extração vegetal e silvicultura. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- 30 CALORIO, C.M. & ONCALA, A.A. Agroextrativismo e Bolsa Verde na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, R.H.et. al. (orgs). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.
- 31 SIMONI, J. Entraves Regulatórios na Produção Agroextrativista. Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN. Brasília, 2012.
- 32 Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN. Regularização sanitária de produtos da agroindústria de pequeno porte é debatida no MDS. 2018.
- 33 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Lançamento do relatório anual da CPT destaca o aumento da violência no campo e dos conflitos pela água. Brasília, 2018.
- 34 CRUZ, F. É preciso lutar para não morrer de sede nas margens dos rios. Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, 2018.
- 35 Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Flora do Brasil 2020 em construção. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2018.
- 36 Agência Câmara. Comissão especial pretende reduzir isenção fiscal a agrotóxicos para incentivar a produção de orgânicos, 2018.





Organizadores



Instituto
Centro
de Vida



IEB 20
Anos
INSTITUTO INTERBANCIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



IPA
Amazônia



ISA
Instituto Socioambiental



WWF



ISPAN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA



Rede Cerrado

Colaboradores



OBSERVATÓRIO
DO CÓDIGO
FLORESTAL



CIT
Centro de Inteligência Territorial



pequi
Pesquisa e Conservação do Cerrado



INICIATIVA VERDE



actionaid



AATR



GREENPEACE



10 ENVOLVIMENTO

Apoio



CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND